

Justiça na Transição Energética

Número 2 - Fevereiro de 2026

A segunda edição da newsletter “Justiça na Transição Energética” mostra como a corrida global por energia renovável está cada vez mais atravessada por disputas geopolíticas, interesses econômicos e contradições políticas. Dos alertas do Fórum Econômico Mundial sobre a fragmentação internacional aos embates em Davos entre Estados Unidos e China, passando pelas ambiguidades da posição brasileira entre renováveis e combustíveis fósseis, o cenário é de uma transição em curso, mas longe de ser linear ou consensual.

Ao mesmo tempo, novos fluxos de financiamento climático, como os mobilizados pelo BNDES, e iniciativas de pesquisa e inovação indicam que a transformação estrutural das matrizes energéticas segue avançando, ainda que sob tensão. ONGs que fazem parte do Observatório do Clima entregaram ao governo brasileiro recomendações para o “Mapa do Caminho”, entre elas, o pedido do fim de leilões de petróleo no país e o uso de carvão na matriz elétrica.

Esta edição também reforça que não basta mudar a fonte de energia, mas é preciso mudar as bases sociais do desenvolvimento. Relatórios e estudos recentes revelam tanto a desaceleração na geração de empregos em renováveis quanto falhas no compromisso de empresas com Direitos Humanos, além dos riscos de aprofundamento de desigualdades regionais e sociais. Inclusão de mulheres, pessoas com deficiência e comunidades impactadas, respeito a direitos e distribuição justa dos benefícios econômicos aparecem como condições centrais para que a transição energética seja, de fato, justa, democrática e sustentável.

Conflitos globais colocam transição energética em risco, diz relatório do WEF

Embora o relatório *Global Risks Report 2026*, publicado pelo Fórum Mundial Econômico (WEF, na sigla em inglês *World Economic Forum*), não trate especificamente de políticas de energia, o documento aponta que contextos geopolíticos, econômicos e sociais podem influenciar a transição energética global. O estudo ressalta que confrontos geoeconômicos e rivalidades entre grandes potências estão se intensificando, pressionando cadeias de suprimentos, investimentos e cooperação internacional.

Os riscos ambientais (como eventos climáticos extremos) permanecem como ameaças de longo prazo. Mas, o WEF registra que há uma tendência de que eles sejam relativizados no curto prazo diante de prioridades imediatas como segurança econômica e diferenças estratégicas entre países. O estudo traz a importância de políticas e estratégias resilientes em ambientes fragmentados e competitivos, sinalizando que garantir energia segura, acessível e alinhada às metas climáticas exigirá esforços concertados em meio a desafios políticos, tecnológicos e econômicos cada vez mais complexos.

Para saber mais:

[Global Risks Report 2026](#)

Davos: EUA rejeitam energia renovável enquanto China reforça transição verde

Em Davos, durante o Fórum Mundial Econômico, enquanto a China reafirmou suas promessas de transição verde, os Estados Unidos, mantendo as posições a favor dos combustíveis fósseis, criticam as políticas ambientais da União Europeia. O presidente norte-americano, Donald Trump, destacou investimentos em petróleo e em energia nuclear, atacando os investimentos em energia renovável.

Contrariando as evidências, Trump argumentou que “energia verde encarece a economia” e alega que “prejudica a competitividade global”, com críticas diretas à produção de energia eólica ser um “erro estratégico”. Segundo dados da [Agência Internacional de Energia Renovável](#), em 2024, a energia elétrica produzida por novos projetos de energia eólica foi, em média, 53% mais barata do que a gerada por fontes fósseis. Existe o risco de o discurso do presidente dos EUA ser instrumentalizado por empresas do setor de petróleo e gás para influenciar decisões políticas, especialmente em países governados por apoiadores de Trump. Inspiradas por Trump essas visões devem crescer em diferentes locais. Mais do que defender a fonte fóssil, o debate deveria se centralizar em garantir que os baixos custos da energia renovável não sejam obtidos por meio da sua externalização para as comunidades.

Para saber mais:

[‘Guerra Fria’ em Davos: transição verde opõe Trump e China](#)

[Trump chama líderes europeus de ‘perdedores’, critica usinas eólicas em Davos e afirma que energia verde encarece economia e prejudica competitividade global](#)

Brasil busca recursos para energia renovável em Davos, mas não abre mão dos combustíveis fósseis

Ainda no Fórum Econômico Mundial, em Davos, o governo brasileiro buscou atrair investimentos internacionais para projetos de transição energética e economia “verde”, destacando o ambiente favorável do país a investimentos em energia renovável e os marcos legais recentemente aprovados no país, como a Lei do Combustível do Futuro e legislações sobre hidrogênio e eólicas *offshore*. Mantendo o discurso contraditório característico do governo Lula, o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, ressaltou a necessidade de manter a exploração de combustíveis fósseis como parte desse caminho para financiar a transição.

Críticos apontam que essa postura contradiz compromissos climáticos globais e pode enfraquecer a confiança de investidores focados em energia renovável, além de prolongar a dependência de um modelo que contribui para as mudanças climáticas. De acordo com o *Observatório do Clima*, um foco contínuo em fósseis dificulta a transição rápida e eficaz, desviando atenção e recursos que poderiam acelerar a adoção de renováveis e políticas de descarbonização mais ambiciosas.

Para saber mais:

[Em ano de COP 30, ministro vai a Davos buscar investimentos em economia verde e transição energética, diz assessoria](#)

[Em Davos, governo brasileiro apresenta ambiente favorável a investimentos em energia limpa](#)

[Brasil busca em Davos atrair investimentos em transição energética](#)

[Em Davos, Alexandre Silveira insiste em fósseis “para transição”](#)

Exploração de petróleo na Foz do Amazonas registra vazamento

A Petrobras confirmou que houve um vazamento de fluido de perfuração durante as atividades exploratórias no poço Morpho, a cerca de 175 km da costa do Amapá, na bacia da Foz do Amazonas. O incidente aconteceu em 4 de janeiro, levando à paralisação temporária da perfuração, que estava em andamento desde outubro após anos de licenciamento ambiental.

Segundo a estatal, o fluido usado para lubrificar e controlar a pressão durante a perfuração foi contido e isolado. As linhas afetadas serão trazidas à superfície para avaliação e reparo, de acordo com a empresa. O Ibama foi notificado e investiga o ocorrido. Especialistas e organizações socioambientais veem o episódio como um alerta para os riscos ambientais associados à exploração de petróleo em uma região ecologicamente sensível, reforçando debates sobre segurança, impactos e a necessidade de avaliações mais profundas.

Para saber mais:

[Petrobras Petrobras confirma vazamento de fluido na Foz do Amazonas](#)

[Petrobras tem vazamento em perfuração na Foz do Amazonas](#)

[Vazamento de fluido de perfuração foi primeiro alerta dos riscos da exploração de óleo e gás na Foz do Amazonas](#)

ONGs do *Observatório do Clima* entregam ‘mapa do caminho’ para fim dos fósseis

Organizações integrantes do *Observatório do Clima* que fazem parte do Grupo de Trabalho de Energia entregaram ao governo federal um conjunto de recomendações para a elaboração do “mapa do caminho” doméstico de redução da dependência de combustíveis fósseis, cujo prazo para apresentação ao Executivo vence em 6 de fevereiro de 2026. Elas são divididas em três eixos: política energética, governança e financiamento da transição energética. Entre as propostas, as ONGs solicitam a criação de um cronograma claro para zerar os leilões de petróleo no Brasil, acompanhando a redução da demanda doméstica com os poços já existentes.

O documento também recomenda a definição de zonas de exclusão para exploração de combustíveis fósseis em áreas socioambientais sensíveis, como a Margem Equatorial e a Foz do Amazonas, além de medidas para ajustar a produção ao mínimo necessário e ampliar fontes renováveis. Recomendaram ainda zerar a produção de carvão para uso em eletricidade ainda nesta década; substituir termelétricas por usinas movidas por fontes renováveis; que gás fóssil não deve configurar como uma solução estrutural de transição; vedar completamente o uso do fraturamento hidráulico (*fracking*); a otimização da geração hidrelétrica por meio da modernização das usinas existentes e sem a construção de novos reservatórios; cronograma para zerar os leilões de petróleo no Brasil, entre outras. As propostas incluem ainda ajustes regulatórios, fortalecimento de governança e mudanças econômicas que deem suporte a uma transição energética justa e sustentável.

Para saber mais:

[Recomendações do Observatório do Clima para o Mapa do Caminho para uma Transição Energética Justa e Planejada](#)

[ONGs pedem calendário para fim de leilões de petróleo](#)

[Recomendações para o Mapa do Caminho](#)

[Futuro da Energia: visão do Observatório do Clima para uma transição justa no Brasil](#)

BNDES seleciona fundos para impulsionar investimentos climáticos no Brasil

O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) anunciou a seleção de sete fundos de investimento no âmbito da Chamada de Clima, iniciativa voltada ao financiamento de projetos de transição ecológica, restauração ambiental e descarbonização da economia no Brasil. Os fundos escolhidos receberão aportes da BNDESPAR de até R\$ 4,3 bilhões, que devem mobilizar cerca de R\$ 16,2 bilhões adicionais em recursos privados, ampliando significativamente o volume de capital direcionado à agenda climática e de baixo carbono.

Organizados em duas vertentes, Transformação Ecológica e Soluções Baseadas na Natureza, os fundos apoiam iniciativas como descarbonização industrial, economia circular, biocombustíveis, hidrogênio, restauração de florestas e tecnologias de redução de emissões. Os investimentos também contemplam restauração de mais de 90 mil hectares nos biomas Amazônia, Cerrado e Mata Atlântica. Os aportes serão investidos exclusivamente em projetos e empresas no território brasileiro.

Para saber mais:

[Chamada de Clima do BNDES seleciona fundos que vão alavancar R\\$ 16.2 bi no mercado](#)

Empresas de eólica e solar no Brasil têm baixo compromisso com Direitos Humanos

O relatório “*Direitos Humanos nos setores eólico e solar no Brasil*” avaliou 34 empresas responsáveis pela maior parte da capacidade instalada de energia eólica e solar no Brasil e encontrou variação significativa no compromisso com Direitos Humanos em políticas e práticas corporativas, o que é um aspecto-chave para uma transição energética justa.

A análise considerou quatro dimensões: compromissos políticos, Devida Diligência em Direitos Humanos (DDDh), mecanismos de reclamação e práticas empresariais. Apenas sete (20,5%) das empresas alcançaram mais de 50% dos indicadores avaliados; quinze (44,1%) pontuaram entre 25% e 50%; e doze (35,3%) ficaram abaixo de 25%.

A amostra incluiu empresas como Casa dos Ventos, Enel Green Power, Engie, Neoenergia, EDP Renováveis e TotalEnergies, refletindo a concentração de mercado e verticalização da cadeia produtiva no Brasil. O estudo destaca a necessidade de fortalecer políticas, mecanismos de reparação e *due diligence* para garantir que a transição energética não só reduza emissões, mas também respeite e proteja direitos de comunidades e trabalhadores.

Para saber mais:

Sumário executivo: [Direitos Humanos nos setores eólico e solar no Brasil](#)

Webinar: [Direitos Humanos nos setores eólico e solar no Brasil](#)

[Estudo revela baixo compromisso de empresas de energia eólica e solar com direitos humanos](#)

Brasil ocupa posição intermediária na transição energética

Relatório global sobre transição energética, “*Transitioning away from fossil fuels: a broader perspective on the drive implementation*”, posiciona o Brasil em um nível intermediário no processo de afastamento dos combustíveis fósseis e avanço rumo a uma matriz mais renovável e eficiente. O estudo foi preparado para a presidência da COP 30.

Segundo o documento, o país não figura entre os líderes mais avançados, mas também não está entre os mais atrasados na adoção de energias renováveis e redução do uso de petróleo, gás e carvão. O relatório destaca vantagens naturais e uma matriz histórica relativamente renovável, mas aponta desafios estruturais, como a dependência de receitas fósseis, desigualdades regionais e necessidades de maior investimento e planejamento em políticas públicas para acelerar a transição com justiça social e inclusão.

Para saber mais:

[Relatório sobre transição energética coloca Brasil em posição intermediária](#)

Dependência de *royalties* do petróleo ameaça energias renováveis

A dependência dos *royalties* do petróleo e gás no Estado do Amazonas cria uma “armadilha fiscal” que dificulta a transição para uma economia descarbonizada, alerta o economista Marcelo Colomer. A receita gerada pela exploração tem incentivado governos locais a pressionar pela manutenção e expansão da produção de petróleo em vez de investir em ações de infraestrutura e de educação essenciais para a transição.

Segundo a análise, tratar os *royalties* como receita corrente pode comprometer a sustentabilidade financeira e social de municípios produtores quando os campos entrarem em declínio natural, ressaltando a necessidade de políticas de longo prazo que integrem transição energética e desenvolvimento local. Apesar da entrevista com Colomer ser focada no estado do Amazonas, essa é uma realidade em grande parte dos municípios e estados que recebem royalties do Petróleo. Como mostrou um estudo do Inesc, de 2025, ainda há uma grande falta de planejamento para o uso da renda do petróleo no Brasil.

Para saber mais:

[Royalties do petróleo viram armadilha fiscal na Amazônia, diz economista](#)

[Renda do petróleo no Brasil: desafios, contradições e caminhos para a superação da era fóssil](#)

Relatório da IRENA e OIT mostra freio de empregos verdes

Apesar do recorde nas instalações de energia renovável, o emprego no setor cresceu apenas 2,3% em relação a 2023, somando 16,6 milhões de postos em 2024, segundo o relatório *Energia Renovável e Empregos: Revisão Anual 2025*, da Agência Internacional de Energia Renovável (IRENA, pela sua sigla em inglês) com a Organização Internacional do Trabalho (OIT). O estudo aponta que tensões geopolíticas, disputas geoeconômicas e o avanço da automação estão redesenhando o mercado de trabalho. A China segue dominante na geração de capacidade e na fabricação de equipamentos, com cadeias produtivas integradas, e concentra 7,3 milhões de empregos, o que equivale a 44% do total global. Na sequência aparecem União Europeia (1,8 milhão), Brasil (1,4 milhão), Índia (1,3 milhão) e Estados Unidos (1,1 milhão), evidenciando fortes desigualdades regionais.

A energia solar fotovoltaica lidera a geração de trabalho, com 7,2 milhões de empregos, 75% deles na Ásia e 4,2 milhões apenas na China. Depois vêm biocombustíveis líquidos (2,6 milhões), hidrelétrica (2,3 milhões) e eólica (1,9 milhão). O relatório ressalta, porém, que a transição energética só será justa se for também inclusiva, com mais espaço para mulheres e pessoas com deficiência, grupos ainda sub-representados no setor. Para IRENA e OIT, políticas industriais, comerciais e de qualificação precisam colocar as pessoas no centro da transição, garantindo que os ganhos econômicos das renováveis sejam amplamente distribuídos e reforcem o apoio social às metas climáticas.

Para saber mais:

[Empregos no setor de energias renováveis sofrem a primeira desaceleração em meio ao crescimento da implantação global](#)

[Renewable energy and jobs: Annual review 2025](#)

FAPESP lança chamada para pesquisa em transição energética

A FAPESP lançou uma chamada no Programa de Pesquisa em Transição Energética (PFTE) para apoiar a formação de redes colaborativas de pesquisa que gerem soluções sustentáveis e inovadoras para a transição energética e descarbonização da economia com participação de equipes e disciplinas diversas no Estado de São Paulo. Pesquisas podem ser submetidas até 16 de março pelo sistema oficial.

Para saber mais:

[Fapesp vai apoiar redes de pesquisa em transição energética](#)

Acordo entre Mercosul e União Europeia pode ampliar mercado para petróleo, aço e hidrogênio brasileiros

O Mercosul e a União Europeia (UE) assinaram um acordo de livre comércio, integrando um mercado de cerca de 700 milhões de consumidores. A Confederação Nacional da Indústria (CNI) projeta o acesso do Brasil ao comércio mundial de 8% para cerca de 36%, com mais de 5 mil produtos exportados com tarifas zeradas na UE, e prazos mais longos (10–15 anos) para redução de tarifas sobre bens europeus no Mercosul.

O pacto não elimina imediatamente todas as tarifas, mas cria um calendário previsível e gradual de abertura comercial e pode ampliar oportunidades para exportadores brasileiros com potencial de crescimento também para bens industriais e agrícolas de maior valor agregado. Ainda assim, dados do Sistema Oficial para Extração das Estatísticas do Comércio Exterior Brasileiro de Bens, o [ComexStat](#), mostram que as exportações do Brasil para a UE seguem concentradas em *commodities*. Conforme [dados do governo brasileiro](#), a liberalização tarifária incluirá 450 mil toneladas de etanol industrial, aumento linear em cinco anos, tarifa intracota zero na entrada em vigor do acordo; 200 mil toneladas de etanol para outros usos (inclusive combustível), aumento linear em cinco anos, tarifa intracota com um terço da tarifa aplicada europeia (6,4 ou 3,4 euros/hectolitro).

Para saber mais:

[FACTSHEET Acordo de Parceria Mercosul-União Europeia](#)

[Brasil pode ampliar exportação ao mercado europeu em 543 produtos, diz ApexBrasil](#)

[Como o acordo Mercosul-UE beneficia o Brasil? Entenda](#)

Boom de data centers trazem disputa por energia e conflitos por território nos EUA

O avanço acelerado de *data centers* nos Estados Unidos está esbarrando em um obstáculo crescente: a resistência local aos impactos energéticos, hídricos e territoriais desses empreendimentos. Em 2025, aumentaram os casos de cancelamentos e atrasos de projetos após mobilização de comunidades preocupadas com sobrecarga na rede elétrica, uso intensivo de água e poucos benefícios econômicos diretos para a população local, segundo levantamento da *Heatmap News*.

Ao mesmo tempo, o tema ganhou peso na agenda política nacional. O presidente Donald Trump afirmou que pretende obrigar grandes empresas de tecnologia a arcar diretamente com os custos de energia de seus *data centers*, argumentando que consumidores não devem pagar a conta do aumento da demanda elétrica. A sinalização indica uma mudança no debate sobre quem financia a infraestrutura necessária para sustentar a expansão da economia digital e reforça a conexão cada vez mais direta entre transição energética, regulação e poder corporativo. Enquanto isso, no Brasil, o governo federal mantém a política de atrair empresas de *Data Centers*, oferecendo energia “barata”.

Saiba mais:

https://drive.google.com/file/d/1pAEqUVPa_685VM-xXIWRtfbUnlewMVNe/view

<https://drive.google.com/file/d/1840E2wOp7LyBfma3-HBiiEU-LDzDj42i/view>